



RELAÇÃO DOS NÍVEIS MACRO, MESO E MICRO INSTITUCIONAIS NA COMPOSIÇÃO DE UMA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS¹

Beatriz Negrelli da SILVA, UEM, beatriznegrelli@hotmail.com
Sandra Mara de Alencar SCHIAVI, UEM, smaschiavi@uem.br

Referência:

SILVA, Beatriz Negrelli da; SCHIAVI, Sandra Mara de Alencar. Relação dos níveis macro, meso e micro institucionais na composição de uma cesta de bens e serviços territoriais. In: SIMPPA - SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 4., 2024, Maringá. **Anais eletrônico...** Maringá: PPA, 2024. p. 16-32. Disponível em: <https://ppa.uem.br/iv-simppa-2024x/anais>. Acesso em: 25 nov. 2024.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender, sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI), como os níveis institucionais estão relacionados na composição de uma Cesta e Bens e Serviços Territoriais (CBST). Adota-se uma abordagem bibliográfica, com levantamentos realizados por meio das bases Periódicos da Capes, Web of Science, Scielo e GoogleScholar. Os principais resultados evidenciam CBST exige a coordenação de atores de diferentes níveis, o que possibilita a discussão da abordagem considerando as implicações dos ambientes micro, meso e macro institucional, conforme prevê a NEI. Conclui-se que a coordenação entre os atores deve-se pautar na cooperação e relações de confiança, reduzindo comportamentos oportunistas para produzir o efeito cesta e gerar renda de qualidade territorial.

Palavras chave: Desenvolvimento territorial sustentável. Ambiente institucional. Governança.

RELATIONSHIP BETWEEN MACRO, MESO AND MICRO INSTITUTIONAL LEVELS IN THE COMPOSITION OF A BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES

¹ Este artigo é beneficiário de auxílio financeiro da CAPES.

ABSTRACT

This study aims to understand, from the perspective of the New Institutional Economics (NIE), how institutional levels are related in the composition of a Basket of Territorial Goods and Services (CBST). A bibliographical approach is adopted, with surveys carried out through the Capes Periodicals, Web of Science, Scielo and Google Scholar databases. The main results show that CBST requires the coordination of actors at different levels, which allows the discussion of the approach considering the implications of the micro, meso and macro institutional environments, as provided for by the NEI. It is concluded that coordination between actors should be based on cooperation and relationships of trust, reducing opportunistic behaviors to produce the basket effect and generate territorial quality rent.

Keywords: Sustainable territorial development. Institutional environment. Governance.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de alternativa para o desenvolvimento de territórios economicamente desfavorecidos e marginalizados, devido ao processo de globalização e a agricultura de grande escala (Prado *et al.*, 2022; Dorigon, 2022), convida a pensar em estratégias de diferenciação que contemplam a valorização de produtos locais (Vollet; Said, 2018), uma vez que os recursos territoriais característicos são tidos como guias para o desenvolvimento de territórios rurais marginalizados (Cazella *et al.*, 2019).

Nesse cenário, surge a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), que está ligada diretamente ao desenvolvimento territorial sustentável (DTS) (Souza; Farias, 2023), cujo objetivo é valorizar o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural, com uma oferta heterogênea de produtos e serviços territoriais de qualidade (Cazella *et al.*, 2020; Amaral; Afonso, 2022), para gerar uma de Renda de Qualidade Territorial (RQT) (Mollard; Pecqueur, 2007).

Todavia, a CBST não surge espontaneamente (Mollard; Pecqueur, 2007), exigindo a sinergia entre os atores do território, por meio de um sistema de governança territorial (Cazella *et al.*, 2020; Tecchio *et al.*, 2021; Capellesso *et al.*, 2022; Dorigon, 2022; Medeiros; Sablayrolles; Lauermann; Capellesso; Gazolla, 2022). Destaca-se a importância da governança para constituição e manutenção da CBST, tendo em vista que o conceito de CBST visa ativar e diversificar os recursos territoriais, por meio de combinações e arranjos entre eles (Desconsi, 2022), e que as ações dos atores manipulam tais recursos (Mollard; Pecqueur, 2007).

Posto isso, observa-se a influência do ambiente e dos arranjos institucionais na composição e sustentabilidade da CBST, ao mesmo tempo que, embora os trabalhos da CBST apresentaram evolução ao longo dos anos e trouxeram contribuições ao DTS em nível nacional e internacional, a sustentação teórica ainda é incipiente, abordando em poucos estudos uma visão institucional econômica ou da sociologia institucional. A teoria dos comuns de Ostrom é discutida (como em Milano; Cazella, 2022), mas ainda pouco explorada.

Ao considerar que a combinação de bens e serviços e a especificação territorial resulta em um “modelo particular de desenvolvimento de recursos que põe em causa jogos institucionais e políticas públicas territorializadas” (Pecqueur, 2001), isso remete à governança e que esta perpassa diversos nível institucionais ao envolver multiautores do território. Uma abordagem da NEI, portanto, pode fazer sentido na discussão da CBST e sua

governança, ao considerar que o desenvolvimento rural pode ser estudado a partir das instituições e o ambiente institucional (Farias; Silva, 2019).

Diante disso, este estudo tem como objetivo compreender, sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI), como os níveis institucionais estão relacionados na composição de uma Cesta e Bens e Serviços Territoriais (CBST). Para tanto, é realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de elaborar uma análise que estabeleça esse diálogo.

Na perspectiva teórica, o estudo se justifica, pois são demandados mais estudos sobre CBST (Cazella *et al.*, 2019) para dar robustez à abordagem (Amaral; Afonso, 2022), bem como a NEI pode propiciar maior sustentação teórica para discutir a CBST. Outrossim, há a necessidade de adaptação da abordagem CBST no Brasil, tendo em vista as diferenças socioeconômicas entre França (onde a metodologia foi elaborada) (Cazella *et al.*, 2019; Denardin *et al.*, 2023), o que reforça a relevância da perspectiva institucional na compreensão desse conceito.

No âmbito prático/profissional, pode fornecer *insights* para melhorias e políticas públicas no DTS, além de contribuir com os atores sobre as formas de governança, posto que as estratégias nos territórios ainda são desarticuladas (Medeiros; Sablayrolles; Cazella, 2021). Na perspectiva social, a CBST pode potencializar o processo de inclusão socioeconômica, considerando a geração de RQT (Cazella *et al.*, 2020). Ademais, a temática vai ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tais como os ODS2 (fome zero e agricultura sustentável), ODS8 (trabalho decente e crescimento econômico), ODS11 (cidades e comunidades sustentáveis) e ODS12 (consumo e produção sustentável) (Nações Unidas, 2024). A temática também está incluída no projeto intitulado “Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos”, parte de uma “Chamada de Propostas N° 003/2022 - Iniciativa Amazônia+10”, com amparo da Fundação Araucária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A ABORDAGEM DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST)

Mollard (2001) aponta que existe um abismo cada vez maior entre o desenvolvimento dessas zonas rurais marginalizadas com aquelas que são capazes de competir internacionalmente, o que leva a necessidade de estratégias não só para competir, mas para que essas zonas não desapareçam. Por isso, o desenvolvimento territorial deve ser pensado como modelo que reduza as desigualdades sociais e os impactos ambientais das atividades de produção e consumo (Denardin *et al.*, 2023).

Sendo assim, em um contexto em que a sociedade tende a se preocupar mais com a origem, produção e qualidade dos produtos (Vollet; Said, 2018), os territórios passam a ser fonte de vantagem competitiva (Benko; Pecqueur, 2001). Com isso, o desenvolvimento territorial sustentável (DTS) coaduna com a abordagem teórico-metodológica da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Esta abordagem foi elaborada pelos economistas franceses Amédée Mollard e Bernard Pecqueur, em meados da década de 1990, em vista da crise dos sistemas agrícolas na França, que levou a uma recomposição dos espaços rurais, relacionando produtos, qualidade e território (Mollard; Pecqueur, 2007).

Em suma, uma CBST é uma oferta “simultaneamente composta (combinando vários bens e serviços) e situada (ligada a um determinado espaço, à sua cultura e à sua história)” (Pecqueur, 2001, p. 37). Uma CBST pode ser constituída por produtos ou serviços de

diferentes setores, numa combinação de bens privados e públicos (Pecqueur, 2005), sendo que este último pode ser “paisagem, clima etc” e “investimentos públicos financiados por impostos ou subsídios, que contribuem para a constituição da cesta” (Pecqueur, 2001, p. 44).

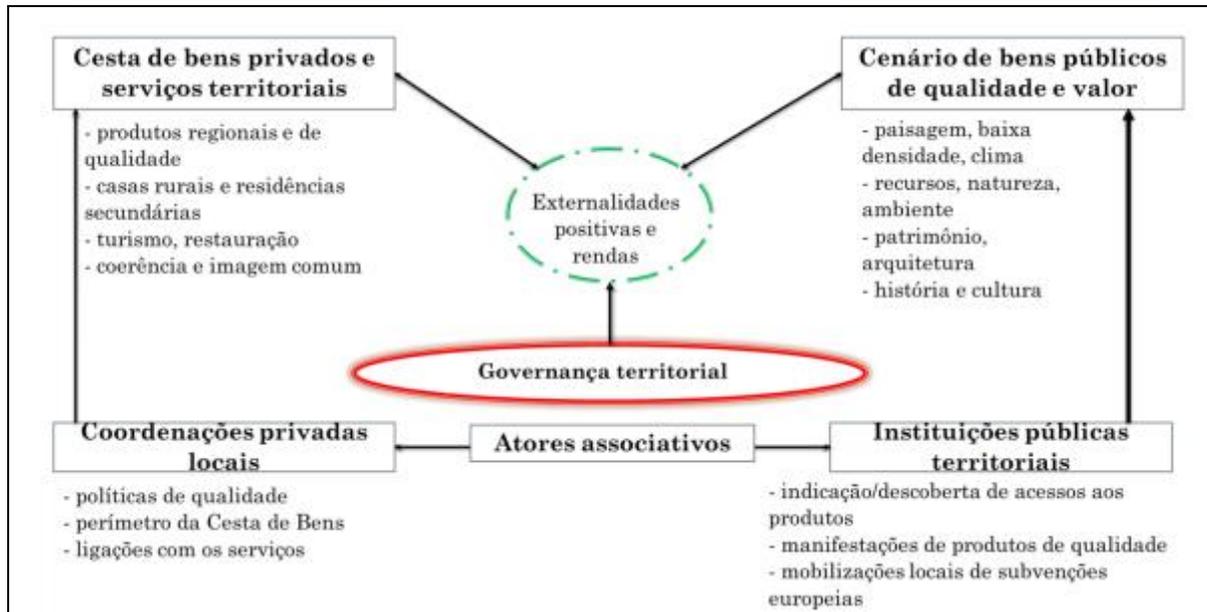
O vigor de uma CBST está relacionado à diferenciação dos produtos pela qualidade e pela sua conexão com a história local (Capellesso *et al.*, 2022). Por isso, quanto mais específica for essa vinculação e obtiver um maior reconhecimento do produto, maior será a capacidade de diferenciação (Capellesso *et al.*, 2022). Isso ocorre quando os produtos desse território são capazes de internalizar as externalidades territoriais positivas (Pecqueur, 2001).

Como exemplo, Tecchio *et al.* (2021) caracteriza o potencial de cesta na região Oeste de Santa Catarina, tendo em vista a trajetória histórica da região, a qual teve a mistura de diferentes elementos culturais e de povos que ali habitaram. Com isso, os autores elencam como principais produtos e serviços da CBST dos municípios que integram a região: a Oktoberfest de Itapiranga, as sementes crioulas e os produtos coloniais, estes complementados pelas experiências de turismo, além do papel das agroindústrias familiares nesse contexto.

Para composição da CBST, podem ser considerados como os três principais componentes: a) produtos e serviços privados de qualidade territorial; b) cenário constituído por atributos naturais, históricos e tradicionais; e c) sistema de governança territorial engendrado por multiatores (Pecqueur, 2005; Cazella *et al.*, 2019). Hirczak *et al.* (2008) corroboram que para a constituição de uma CBST, é preciso que os atores sociais construam e consolidem elementos em torno desses componentes. A noção de CBST destaca a presença de uma instância de governança, impulsionada por atores públicos, privados e associativos, que são capazes de articular atributos diferenciados e de qualidade conforme os seus objetivos (Medeiros; Sablayrolles; Cazella, 2021).

Nessa perspectiva, o papel da governança dos atores para estruturar uma CBST é posta em destaque. A figura 1 busca evidenciar a estrutura de uma CBST, considerando o aspecto da governança. Diante disso, para compreender essa abordagem, faz-se pertinente compreender o conceito de alguns elementos chaves, tais como: território, recursos e ativos genéricos e específicos e renda de qualidade territorial (RQT). Posteriormente, apresenta-se também os tipos de uma CBST.

Figura 1. Estrutura de uma CBST



Fonte: Cazella et al. (2019, p. 55), adaptado de Mollard (2005) e Campagne; Pecqueur (2014).

Na vertente da CBST e para este estudo, o entendimento de território vai além dos limites geográficos, sendo ele o resultado de um processo de construção social (Dorigon, 2022; Capellesso *et al.*, 2022), que influencia e é influenciado pelos atores em campo (Cazella *et al.*, 2019). Todavia, essa construção social pode implicar em regulações, não sendo feito de forma espontânea, mas sim resultado de um jogo combinado do mercado e da coordenação entre atores públicos e privados (Hirczak; Pecqueur; Mollard, 2004). Considera-se que o território assume um papel de "atributo" (Pacciani *et al.*, 2001).

Já os recursos e ativos territoriais, podem ser divididos em genéricos ou específicos, e são considerados pontos centrais na formulação da CBST (Lauermaann; Capellesso; Gazolla, 2022). O recurso é tido como um potencial de ação (Hirczak; Pecqueur; Mollard, 2004), ou seja, são fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar (Benko; Pecqueur, 2001) e só existe se as pessoas o reconhecem (Janin; Perron, 2020). Já os "ativos" são considerados os fatores em "atividade", sendo que os específicos têm o seu valor conforme a condição de uso ou território, sendo mais difícil de transferir, já os genéricos independem do processo de produção ou local, podendo ser totalmente transferível (Benko; Pecqueur, 2001).

Esses ativos quando harmonizados de maneira sinérgica, podem proporcionar uma oferta atrativa e diversificada (Rossi, 2023), podendo gerar uma renda de qualidade. Pois, o que antes não se vendia (paisagens, patrimônios, história e produtos típicos restritos, dentre outros), agora será vendido (Cazella; Dorigon; Pecqueur, 2022), permitindo a obtenção de uma "renda de qualidade territorial" (Denardin *et al.*, 2022). Mollard e Pecqueur (2007) indicam que a renda de qualidade territorial (RQT) é um conceito fundador da cesta.

Por isso, a imagem e reputação da cesta são importantes e tidas como uma construção cultural dos atores ao longo do tempo (Pacciani *et al.*, 2001), uma vez que RQT reflete a capacidade dos atores em desenvolver processos institucionais que capturem a disposição dos consumidores em pagar mais por produtos associados ao seu ambiente de origem (Pecqueur, 2001; Vollet; Said, 2018). Um exemplo disso é o azeite AOC de Baronnies, que é vendido a um preço superior ao de concorrentes com a mesma qualidade intrínseca (Pecqueur, 2001).

Outro aspecto que merece destaque nessa evolução teórico-metodológica de territórios, é o papel central dos atores (Desconsi, 2022). Conforme o terceiro componente (c) da CBST, é colocado em evidência que a coordenação entre os atores sociais que permitem identificar os recursos e produtos típicos e materializar a renda de qualidade territorial (RQT) (Vollet; Said, 2018; Dorigon, 2022). Somente uma governança territorial eficaz pode estabelecer ou expandir a CBST (Angeon; Vollet, 2008).

Um estudo realizado na Argélia, por Álvarez et al. (2014), aponta que ainda está longe do modelo de cesta de bens existente em certas regiões rurais do norte do Mediterrâneo, tendo em vista que existem dificuldades significativas de coordenação e colaboração entre atores e instituições privadas. Já no Brasil, Milano (2022) conclui que a grande extensão do recorte geográfico compreendido pelo PNC em Santa Catarina, além de impor empecilhos para integrar a CBST, também dificulta estabelecer um sistema de governança territorial.

Por fim, ao trazer um panorama das pesquisas sobre a temática, com base em um levantamento realizado (vide metodologia) sobre a evolução das pesquisas ao longo do tempo, entre 2001 e 2024, verifica-se que os estudos iniciais tinham como objetivo analisar como ativar os recursos territoriais, evoluindo para trabalhos que examinam esses recursos na formação da cesta, bem como os processos e a articulação dos atores em contextos com uma CBST já constituída. Depreende-se nessa análise que, entre as lacunas e temáticas em potencial para pesquisas futuras, destacam-se os elementos da governança territorial e a necessidade de uma base teórica de sustentação para a CBST.

2.2 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI) E NÍVEIS INSTITUCIONAIS

Para compreender como a teoria e a abordagem se dialogam, cabe contextualizar brevemente o surgimento e o que aborda a Nova Economia Institucional (NEI). Em oposição à teoria econômica Neoclássica, a NEI coloca como ponto central que as Instituições importam (North, 1990; Williamson, 2000). Ménard e Shirley (2014) destacam três palavras-chaves, chamadas de *golden triangle* da NEI: custos de transação, direito de propriedade e contratos. Tais conceitos eram ausentes ou pouco explorados na teoria neoclássica e ganharam destaque, inicialmente, com as obras de Ronald Coase (1937; 1960).

Coase (1937) realiza uma crítica à economia neoclássica, partindo do pressuposto que ela não tem total aplicabilidade no mundo real, pois o mercado não resolve tudo, devido à existência de custos de transação. A teoria neoclássica só é eficiente sem os custos de transação, uma vez que, para produzir o *enforcement* nas transações, necessita de recursos (North, 1991). As informações completas são caras, por isso os contratos e direito de propriedade são aplicados de modo imperfeito (Coase, 1937).

A partir de Coase, outros autores, como Douglass North, Oliver Williamson e Elinor Ostrom, exploraram os conceitos do “golden triangle”, constituindo no final da década de 60 a NEI (Ménard; Shirley, 2014). North (1990; 1991), em uma visão macro analítica, versa sobre o desempenho econômico das instituições considerando o contexto histórico (*path dependence*), tendo em vista que o presente e o futuro estão conectados com passado, e esse quadro institucional pode explicar o sucesso, declínio ou estagnação de uma economia, ou seja, “Why do some countries become rich, while others remain poor?” (North, 1990). Para North (1990), as Instituições são as “regras do jogo” em uma sociedade. Ou seja, as Instituições são como “guias” para as interações humanas e podem apresentar diferenças entre países (North, 1990).

Ao longo da história as instituições são modificadas pelos atores, que criam ordens para reduzir as incertezas nas trocas e ter o *enforcement* por meio de regras formais (regras, leis, constituições) e/ou restrições informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta) (North, 1990; 1991). North (1990) pondera que Instituições e Organizações são conceitos distintos. Embora ambos fornecem estruturas para interação humana, deve-se diferenciar as regras do jogo dos jogadores, e que a interação entre eles que promovem mudanças (North, 1990). Como cita Hodgson (1998) “o indivíduo é ao mesmo tempo produtor e produto de suas circunstâncias”.

Ainda, as regras formais, as restrições informais e os mecanismos de *enforcement* devem ser vistos em conjunto, uma vez que são esses aspectos que podem alterar a estrutura/quadro institucional e que essa combinação pode possibilitar um baixo custo de transação (North, 1990). Nessa perspectiva, destaca-se a teoria desenvolvida por Oliver Williamson: Economia dos Custos de Transação (ECT). Williamson (1985) entende as firmas como estruturas de governança e ressalta a importância de uma análise micro analítica.

Williamson (1985; 1991), ao partir da concepção que os pressupostos comportamentais já são existentes na transação (oportunismo e racionalidade limitada), aborda as dimensões da transação: ativos específicos, incerteza e frequência. Entende-se por racionalidade limitada a intenção do indivíduo em ser totalmente racional, porém não é possível devido às limitações cognitivas e ou contratuais. Em relação ao oportunismo, entende-se como formas de tentar enganar, fraudar ou de alguma forma de tentar confundir o outro, considerando um cenário de informações assimétricas (Williamson, 1985).

Entende-se por ativos específicos os ativos fundamentais para que a transação ocorras, seja por questões de localização, físicas, humanas, dedicados, marca e temporal (Williamson, 1985; 1991). Os ativos específicos são postos como mais importante na transação, uma vez que quanto mais específico for um ativo, mais pode ocorrer um comportamento oportunista e assim aumenta o custo de transação (Williamson, 1985). Por isso, o autor coloca os ativos específicos como ponto central para a escolha de uma estrutura de governança.

Já os ativos específicos, são aqueles fundamentais para que a transação ocorra, seja por questões de localização, físicas, humanas, dedicados, marca e temporal (Williamson, 1985; 1991). Os ativos específicos são postos como ponto central para a escolha de uma estrutura de governança, sendo que quanto mais específico for um ativo, mais pode ocorrer um comportamento oportunista e assim aumenta o custo de transação (Williamson, 1985).

A incerteza, pode ser ambiental ou comportamental, esta última agravada pelo oportunismo (Williamson, 1985). Já a frequência, ao ser ocasional ou recorrente, pode ajudar a reduzir as incertezas das transações. Tendo o conhecimento dessas três dimensões, Williamson aborda como elas explicam as diferentes estruturas de governança, buscando a eficiência no ambiente institucional, sendo elas: mercado, hierarquia e híbrida.

Por fim, Elinor Ostrom, estudou os efeitos advindos da má definição de direito de propriedade e que pode ser evitado por uma governança comum (Ménard; Shirley, 2014). Ostrom (2008, p. 3) aponta que o “uso de um sistema de recursos por cada pessoa subtrai unidades de recursos da quantidade de unidades disponíveis para outras pessoas”, mesmo que se tenha regras eficazes que limitam a utilização dos seus recursos. Por isso, a teoria de Ostem é comum entre estudos sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Para trazer a proposta de governança pautada em uma autogovernança de recursos comuns, Ostrom (1990) abordou questões como a “tragédia dos comuns”, o “dilema do prisioneiro” e a “lógica da ação coletiva”. Tais conceitos se relacionam aos problemas que os

indivíduos possuem para alcançar uma forma eficaz de governar e gerenciar bens comuns, tendo como cerne do problema o papel do carona (*free-rider*) (Ostrom, 1990).

Pode-se depreender que o *free-rider* abordado por Ostrom se assemelha ao comportamento oportunista abordado por Williamson. Ostrom (1990) explica o *free-rider* como uma pessoa pode não contribuir de modo conjunto, porém se aproveita do esforço do outro. A cooperação se torna um fator importante entre os atores para prover a ação coletiva, uma vez que ação individual na gestão de recursos pode gerar um maior custo de transação (Almeida, 2022). Ostrom (1990), então, busca discutir na teoria dela: “Por que alguns esforços para resolver problemas comuns falharam enquanto outros tiveram sucesso?”. Com isso, instituições bem-sucedidas são uma mistura de “mercado” e “Estado” (Ostrom, 1990).

Ao compreender as principais abordagens da NEI, por meio dos autores supracitados, cabe caracterizar como os níveis institucionais são entendidos nesse diálogo. Para este estudo, será utilizada a abordagem institucional de North (1990;1991), especialmente a que se refere ao contexto macro institucional envolvendo a CBST. Já para análise dos contextos meso e micro institucionais, baseia-se nos conceitos trazidos em Ménard (2018; 2022) e Williamson (2000). Em suma, os conceitos abordados constam no Quadro 1.

Quadro 1: caracterização dos níveis institucionais

Níveis	Características	Autores
Macro	- Ambiente institucional, pautado em regras gerais que estabelecem os direitos; regras formais; restrições informais; tradições e costumes; normas religiosas.	North (1990; 1991); Williamson (2000); Ménard (2018; 2022)
Meso	Regras que vão delinear a transação e o seu <i>enforcement</i> e como são comunicadas e adaptadas entre a camada macro e micro. Nesse nível as transações são de fato implementadas, traduzindo, adaptando e alocando os direitos, ou seja, direcionando o nível de arranjos organizacionais.	Ménard (2018; 2022)
Micro	É pautado nos arranjos institucionais para operacionalizar as transações; coordenação e governança; acordos contratuais; alocação de recursos. É onde as normas são operacionalizadas.	Williamson (2000); Ménard (2018; 2022)

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Levando em conta a importância das instituições e que o ambiente institucional não é homogêneo, e sim composto por camadas, faz-se necessário compreender melhor como as regras e normas realmente funcionam, sendo que a interação em cada nível institucional terá uma função crítica (Ménard, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo se classifica como de natureza qualitativa e descritiva, tendo como estratégia de pesquisa uma revisão bibliográfica. Tendo em vista que busca compreender e interpretar fenômenos sociais por meio de descrições, relacionando as variáveis estudadas, sem manipulá-las (Gil, 2002).

O levantamento de dados foi realizado utilizando a base de dados do portal de Periódicos da Capes, *Web of Science*, Scielo e GoogleScholar, considerando a relevância e diversidade das pesquisas apresentadas nessas plataformas. Não houve um recorte temporal. As buscas foram realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2024. As palavras-chaves/equação de busca são evidenciadas no quadro 2.

Quadro 2: Palavras-chaves / equações de busca de pesquisas

Base	Palavras-chaves / equações	Resultados
Periódicos da Capes	"basket of territorialized goods and services"; "basket of territorial goods and services"; "territorial basket of goods and services"; "territorial-based basket of goods and services"; "cesta de bens e serviços territoriais"; "basket of goods and services"; "panier de biens et de services"; "panier de biens et services"	542
GoogleScholar	"basket of territorialized goods and services"; "basket of territorial goods and services"; "territorial basket of goods and services"; "territorial-based basket of goods and services"; "cesta de bens e serviços territoriais"	182
Web Science	"basket of territorialized goods and services" OR "basket of territorial goods and services" OR "territorial basket of goods and services" OR "territorial-based basket of goods and services" OR "cesta de bens e serviços territoriais" OR "basket of goods and services" OR "panier de biens et de services" OR "panier de biens et services"	20
Scielo	"basket of territorialized goods and services" OR "basket of territorial goods and services" OR "territorial basket of goods and services" OR "territorial-based basket of goods and services" OR "cesta de bens e serviços territoriais" OR "basket of goods and services" OR "panier de biens et de services" OR "panier de biens et services"	1

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Foram localizados 745 trabalhos. Destes, foram selecionados os trabalhos em formato de artigos, teses, dissertações, TCCs e capítulos de livro, dos quais foram analisados os resumos, títulos e palavras chaves, restando 223 estudos. Posteriormente, foi analisado o conteúdo do texto para selecionar os artigos para análise, tendo em vista que algumas pesquisas, embora apresentassem alguma referência a cesta de bens e serviços, não tinham o objetivo de analisar a CBST na perspectiva conceitual de Mollard e Pecqueur. Muitos tratavam de outras concepções de cesta (como de alimentos, saúde etc.) ou discutiam o DTS, mas sem se aprofundar ou discutir o papel da CBST. Com isso, fizeram parte da análise exposta neste tópico 51 estudos, publicados entre os anos de 2001 e 2024.

Para análise dos dados, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo, analisando as características da CBST, conforme os trabalhos levantados e os estudos de seus precursores A. Mollard e B. Pecqueur, sob a perspectiva institucional da NEI, considerando os estudos de Douglass North, Oliver Williamson e Elinor Ostrom.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

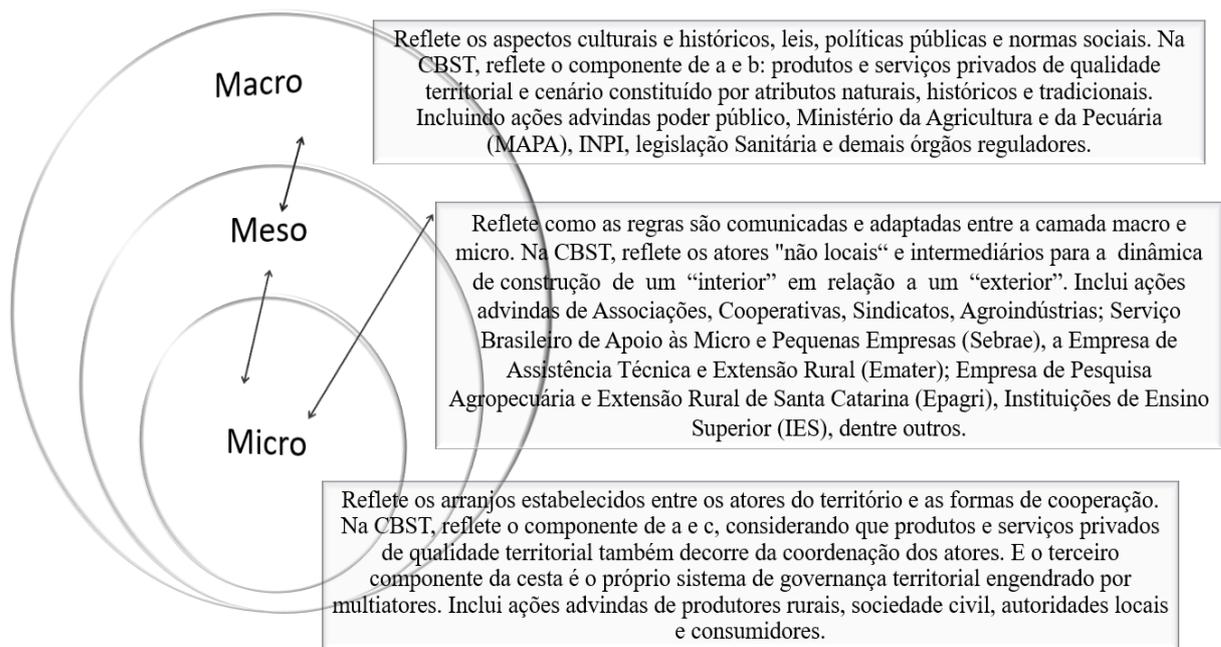
Como visto, o território é tido como um processo histórico e dinâmico (Farias; Silva, 2019), havendo a necessidade de coordenação nos diferentes elos da cadeia para promover o DTS (Tregear *et al.*, 2007). Nesse sentido, as instituições podem afetar ao longo do tempo a cadeia produtiva, bem como melhorar o desenvolvimento rural da região (Farias; Silva, 2019).

Sendo assim, partir do levantamento bibliográfico realizado, como descrito na metodologia, culminou na Figura 2, a qual busca demonstrar como os componentes da CBST podem ser visualizados e analisados numa perspectiva de macro, meso e micro institucional.

Numa perspectiva **macro**, considerando o que aborda North (1900; 1991), observa-se que a implicações na CBST é devido as peculiaridades de cada território – cultural, geográfico e histórico - posto que a cesta é construída sobre materiais como a fauna, flora e patrimônio territorial, além dos valores, autenticidade e profundidade histórica (Mollard; Pecqueur,

2007). Giombelli *et al.* (2022) corroboram ao destacar a importância em compreender o percurso histórico dos atores mobilizados, considerando as particularidades institucionais do território em que estão inseridos. Ao encontro disso, têm-se as restrições informais e o *path dependence* desses territórios, como aborda North (1990).

Figura 2: comparativo do contexto macro, meso e micro institucional e componentes da CBST



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Ressalta-se que ao tratar o conceito de cultura, na abordagem da CBST, ela está ligada às tradições, conhecimentos locais e o saber-fazer que diferenciam e agregam valor aos bens e serviços do território. Já na NEI, North (1990) considera que ela passa de geração por geração, colocando a cultura como importante para codificar e interpretar as informações, que por sua vez, é a chave para entender o papel das restrições informais na composição do conjunto de escolhas. Sendo assim, embora o conceito de cultura em ambas as abordagens tenha origem em contextos distintos, há como ponto comum o fato de que ela molda e diferencia comportamentos, podendo, assim, orientar ações coletivas, que por sua vez, contribuem para uma governança colaborativa entre os atores.

Isso posto, é possível exemplificar essa relação ao considerar as exigências legais e sanitárias para produção de queijos coloniais – produtos parte da CBST – que levam a modificação do saber-fazer artesanal do produto (Vendruscolo; Caretta; Froehlich, 2019), gerando um ambiente de insegurança aos produtores (Cazella *et al.*, 2024). O que reforça que as restrições informais quando são culturalmente derivadas, não se alteram de forma imediata em resposta as regras formais (North, 1990).

Outrossim, pode considerar que o ambiente institucional no qual a CBST é constituída “é permeado por conflitos de interesses, os quais exigem habilidade de gestão e criação de regras formais e informais que mediam tais relações” (Hirschman, 1996 apud Capellesso *et al.* 2022, p. 207). Assim, para o DTS a partir da CBST, compreender a relação com o ambiente institucional pode auxiliar no entendimento e identificação de recursos no território.

Em uma visão **meso**, observa-se que esse nível é pautado em regras que vão delinear a transação e o seu *enforcement* e como são comunicadas e adaptadas entre a camada macro e micro (Ménard, 2018; 2022). Dessa forma, faz-se importante para a valorização do território o papel dos atores "não locais", seja de instituições de pesquisa ou que estão ligadas à cadeia de suprimentos e ao território, tais como universidades, centros de pesquisa, empresas de distribuição de massa, atores políticos em um nível "extralocal" e as associações de consumo em um nível "superlocal" (Pacciani *et al.*, 2001).

Todavia, destaca-se que tais atores são importantes desde que a comunidade local tenha capacidade e a possibilidade compreender as demandas da localidade, bem como manter a autonomia no direcionamento da gestão do desenvolvimento local (Pacciani *et al.*, 2001). Verifica-se também o papel das meso instituições nesse diálogo entre o ambiente macro e micro, nas regulações sanitárias, como evidenciado em Vendruscolo, Caretta, Froehlich (2019), Souza (2021) e Cazella *et al.* (2024).

No contexto **micro** das instituições, pode ser visto na medida em que as experiências dos atores influenciam na qualificação, evolução e desenvolvimento territorial (Tregear *et al.*, 2007). Por isso, faz-se necessário, para renovar a CBST, trabalhar a capacidade de atuação nos territórios (Hirczak; Janin; Lapostolle, 2022). E isso leva a aprimorar a governança por meio da constituição de espaços de diálogo e gestão dos conflitos (Capellesso *et al.*, 2022). Ou seja, à uma formação de arranjos de modo mais articulada e cooperada entre os diversos atores de diferentes níveis, como produtores, agências de fomento e de extensão rural, cooperativas/associações e governo.

Essa discussão de cooperação entre os atores remete à discussão que North (1990) e Ostrom (1990) trazem sobre o papel da cooperação na redução de comportamentos oportunistas. No desenvolvimento territorial "a cooperação é indubitavelmente motivada por um cálculo oportunista, mas também pelo sentimento de pertencimento a um conjunto de valores compartilhados que permite constituir o clube" (Pecqueur, 2001, p. 45). O desenvolvimento de processos de decisão colaborativos pode possibilitar o fortalecimento das capacidades dos atores, bem como influenciar as trajetórias alimentares dos territórios (Hirczak; Janin; Lapostolle, 2022).

Ainda no contexto micro, embora Pecqueur (2001) aponta que a perspectiva institucionalista de Williamson seria diferente da abordagem da CBST, pois a natureza específica dos recursos é colocada como uma restrição na ECT, pode haver a possibilidade de explorar a temática por meios dessa teoria. Pois, a especificidade do ativo é tida como elementar para discutir as estruturas de governança na ECT, sim. Mas isso não quer dizer que só é possível mitigar custos de transação ou escolher uma estrutura de governança mais eficiente somente se a especificidade do ativo for baixa. Portanto, ao analisar os canais de comercialização dos produtos decorrentes da cesta, além da necessidade de cooperação na redução de medidas oportunista e na constituição de organizações cooperativas, a fim de promover eficiência na promoção e transação de produtos específicos, vê-se lacunas para ligar a teoria à CBST.

Por fim, verifica-se a coerência da proposta de Ostrom na análise da abordagem da CBST. Giombelli *et al.* (2022) ressaltam a necessidade da promoção de ações coletivas e a negociação de políticas públicas específicas para a governança territorial. Ao encontro disso, considerando que um dos componentes da cesta é a governança engendrada entre os múltiplos atores territoriais (Hirczak *et al.*, 2008) e que a governança passa por diversos atores com interesses em comum (públicos, privados e mistos) (Cazella *et al.*, 2020; Medeiros;

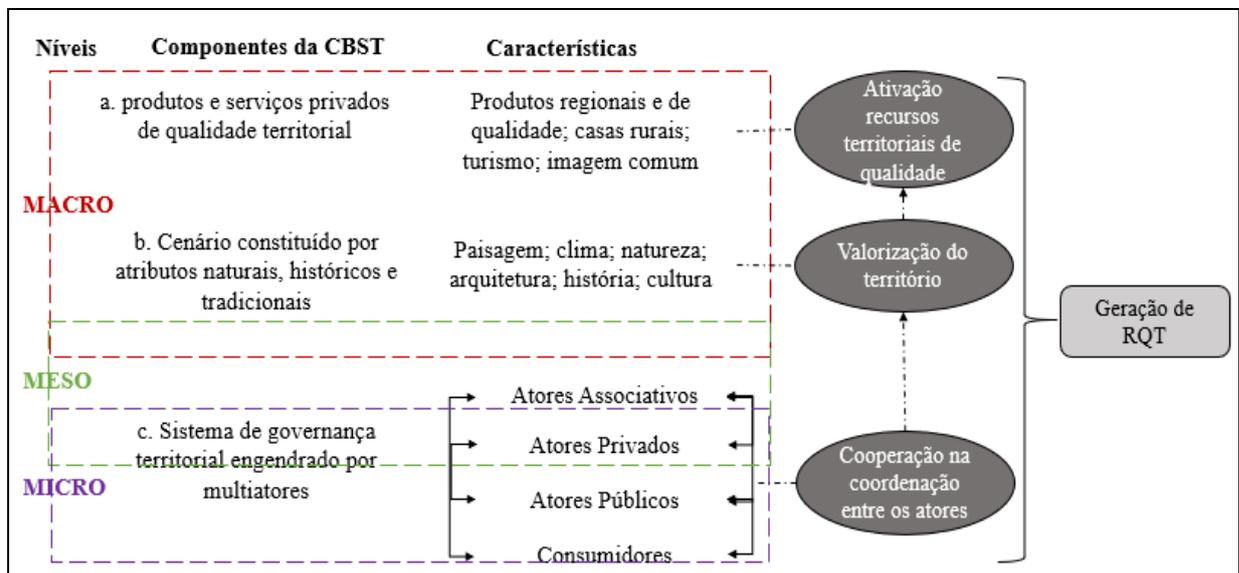
Sablayrolles; Cazella, 2021; Capellesso *et al.*, 2022), a visão de Ostrom sobre a governança entre “mercados” e “Estado” é corroborada.

O destaque de Ostrom (1990) para a cooperação e reputação dos atores, coadunam com a abordagem da CBST, haja vista que o papel da reputação e imagem territorial, da cooperação e experiência dos atores influenciam na ativação dos recursos territoriais e na composição da CBST (Hirczak; Pecqueur; Mollard, 2004; Capelesso *et al.*, 2022).

Em um contexto que se faz necessário, para lidar com as externalidades, as formas cooperativas e colaborativas de governança, lança luz, mais uma vez, ao papel dos atores intermediários, reforçando a importância das meso instituições, uma vez que “os custos de transação mais altos implicam em maior e mais explícita coordenação na cadeia para codificar produtos, aumentar a confiança e a reputação e reduzir o oportunismo” (Mantino; Forcina, 2024).

Desse modo, desprende-se a necessidade de uma governança que perpassa pelos níveis institucionais e assim como traz North (1990), é influenciado pelo ambiente político, econômico e social. Isso vai ao encontro de uma governança multinível e policêntrica. Esta última, por sua vez, conforme Pecqueur (2001), encaixa-se bem nas observações empíricas feitas por ele e Mollard. Ademais, a governança policêntrica vai ao encontro do que aborda estudos sobre a governança multinível nos territórios (como em Sattler *et al.*, 2016). A Figura 3 busca resumir as relações teóricas estabelecidas com a CBST, discutidas neste tópico.

Figura 3: estrutura da CBST e os níveis institucionais



Fonte: elaborada pela autora (2024).

Ressalta-se que, embora divididos entre os níveis, alguns dos atores influenciam tanto no contexto macro quanto no micro ou ainda, entre eles na composição da CBST. Além disso, os resultados reforçam, conforme destaca Williamson (1991), a importância de compreender a relação do ambiente macro e micro institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender, sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI), como os níveis institucionais estão relacionados na composição de uma Cesta e Bens e Serviços Territoriais (CBST). Os principais resultados indicam que o ambiente institucional se relaciona na composição da cesta, uma vez que, deve-se considerar as convenções e legislações específicas de cada território, além dos aspectos culturais e históricos que refletem a imagem do território e a sua valorização. Isso posto, vai ao encontro da abordagem de North (1990) sobre as regras formais e restrições informais, bem como a influência do *path dependence* no desenvolvimento institucional.

Além disso, os estudos evidenciam que para constituição e manutenção da CBST exige a coordenação de atores de diferentes níveis, o que sugere a possibilidade de discussão da abordagem considerando as implicações dos ambientes micro, meso e macro institucional, conforme prevê a NEI. Além do mais, depreende-se que essa coordenação deve-se pautar na cooperação e relações de confiança entre os atores (que são diversos e de níveis distintos), para que o “efeito cesta” seja alcançado, bem como gere uma RQT, sem que a presença de “free riders” e comportamentos oportunista inviabilizem tal feito.

Ressalta-se que a contribuição dessa análise consiste em permitir uma maior sustentação teórica para a abordagem da CBST e a compreensão de como realizar uma melhor adaptação da abordagem no Brasil, uma vez que pode possibilitar a visualização de elos frágeis e que potencializam um DTS e uma governança eficaz, considerando os aparatos do ambiente institucional e os arranjos organizacionais distintos, bem como o papel de organizações intermediárias ou externas que realizam a mediação entre os níveis institucionais.

Por fim, por ser um trabalho teórico, este estudo apresenta limitações por apresentar as relações da abordagem da NEI e a CBST com base em poucas pesquisas empíricas, além da subjetividade da autora em depreender as implicações dos níveis institucionais nessa abordagem. Para tanto, sugere-se que estudos futuros, além de explorar a temática de forma empírica, também conduza estudos que explorem outras vertentes teóricas e mercadológicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. **A dimensão territorial dos mercados imersos**: um estudo de caso sobre a manga Ubá (MG). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

ALVAREZ, E. G.; ABELLA, O. M.; CAETANO, S. F.; FRESNO, C. C.; GARCIA, S. R. The territorial-based basket of goods and services: a useful tool of diagnosis applied to the Algerian Wilaya of Ain Temouchent. **Anales de Geografia de la Universidad Complutense**, v. 34, n. 1, p. 105-129, 2014.

AMARAL, R. M.; AFONSO, H. C. A. Green areas and the potential of Nova Iguaçu municipal natural park (pnmni) for the hypothesis of the basket of territorial goods and services. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v.8, n. 1, e618, 2022.

ANGEON, V.; VOLLET, D. Spécificité des produits et développement territorial. L'exemple paradoxal du panier de biens en émergence de l'Aubrac. **Revue d'Économie Régionale & Urbaine**, n. 4, p. 591-615, 2008.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v.16, n.32, p 31-50, jul./dez. 2001.

CAPELLESSO, A. J.; PAGLIOSA, L. G.; SLAVIERO, A.; DAL RI HEINECK, A. C.; PERIN, G. A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta (SC). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 205–223, 2022.

CAZELLA, A. A.; TECCHIO, A.; SCHNEIDER, S.; BONI, V. The territorial basket of goods and services and the social construction of markets: contributions from cooperatives and family-farmers' agrifood processing enterprises in Santa Catarina (Brazil). **Italian Review of Agricultural Economics (REA)**, v. 79, n. 1, p. 85-96, 2024.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; DE PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, 2020.

CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes, Santa Cruz do Sul**, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019.

CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê "Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais". **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 1–21, 2022.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, v. 4, n. 16, p. 386-405, nov. 1937 .

COASE, R. Law economics. **Journal of Law and Economics**, v. 3, p. 1-44, 1960.

DENARDIN, V. F.; JUNIOR, N. F.; CAZELLA, A. A.; LOPES, P. R.; ALVES, C. L. B. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: A dimensão natural e seus componentes. **Desenvolvimento Em Questão**, n. 21, v.59, e14548, 2023.

DESCONSI, C. A formação de agentes de desenvolvimento no enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 241–258, 2022.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 114–133, 2022.

FARIAS, C. V. S.; SILVA, L. X. Possibilidades Analíticas sobre o Desenvolvimento Rural a partir da Nova Economia Institucional: Um Estudo de Caso na Vitivinicultura do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 48, p. 334-352, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOMBELLI, G. P.; BONI, V.; TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L.; CONTERATO, M. A. Construindo a Governança de Sistemas Agroalimentares e de Políticas Públicas Territorializadas: o Caso da Crediseara na Região Oeste de Santa Catarina. In: GRISA, C.; SABOURIN, E.; ELOY, L.; MALUF, R. (Org.) **Sistemas Alimentares e Territoriais no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

HIRCZAK, M.; JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. A Cesta de Bens e Serviços Territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, v.42, n.1, p. 22-40, 2022.

HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. **Économie Rurale**, n. 308, p. 55-70, 2008.

HIRCZAK, M.; PECQUEUR, B.; MOLLARD, A. Le panier de biens et de services de qualité: vers un modèle de développement territorial durable ?. **Montagnes Méditerranéennes**, v.20, [s/n], p.35-42, 2004.

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, p. 166-192, Mar. 1998.

JANIN, C.; PERRON, L. Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação—guia metodológico. **Florianópolis, SC: Epagri**, 2020.

LAUERMAN, D.; CAPELLESSO, A. J.; GAZOLLA, M. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais aplicado à análise das agroindústrias familiares e suas especificidades alimentares no extremo Oeste Catarinense. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 150-167, 2022.

MANTINO, F.; FORCINA, B. The governance of transitions in agri-food systems: evidence from the processing tomato supply chains in Spain and Italy. **Italian Review of Agricultural Economics (REA)**, v. 79, n. 1, p. 15-32, 2024.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 26, 2021.

MENARD, C. Disentangling institutions: a challenge. **Agric Econ** v. 10, n.16, 2022.

MENARD, C. Research frontiers of new institutional economics. **RAUSP Manag. J.**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 3-10, Mar. 2018.

MENARD, C. SHIRLEY, M. The future of new institutional economics: from early institutions to a new paradigm? **Journal of Institutional Economics**, v.10, p. 541-565, 2014.

MILANO, M. Z. Governança, sustentabilidade ambiental e indicação geográfica no Planalto Norte Catarinense: (in)consonâncias em torno da erva-mate com “sabor da floresta nativa”.

Tese (Doutorado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Da governança da indicação geográfica à governança da cesta de bens e serviços territoriais: uma análise a partir da teoria dos comuns. **Raízes**, v. 42, n.1, p. 74-92, 2022.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Économie rurale**, v. 263, n. 1, p. 16-34, 2001.

MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services Histoire succincte d'une recherche. **Economie rurale**, v. 300, p. 110-114, 2007.

NAÇÕES UNIDAS - **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 jul. 2024.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NORTH, D. **Institutions**, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press: 1990.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. Tragedy of the commons. **The new palgrave dictionary of economics**, v. 2, p. 1-4, 2008.

PACCIANI, A; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A.; SCARAMUZZI, S. The role of typical products in fostering rural development and the effects of regulation (EEC) 2081/92. *In*: Seminar of the European Association of Agricultural Economists, 73, 2001, Ancona - Itália. **Anais** [...]. Ancona, 2001, p. 28-30.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001

PRADO, F. H.; MILANO, M.Z.; DORTZBACH, D.; CAZELLA, A. A.; DESCONSI, C. O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. **Desenvolvimento & Meio Ambiente**, v. 59, p. 110-133, 2022.

ROSSI, I. M. **A produção de vinhos finos em Andradas (MG): uma análise da transformação de recursos e ativos específicos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2023.

SATTLER, C. B.; SCHRÖTER, A.; MEYER, G.; GIERSCH, C.; MEYER E B. MATZDORF. Governança multinível na gestão ambiental baseada na comunidade: uma comparação de estudo de caso da América Latina. **Ecologia e Sociedade**, v. 21, n. 4, 2016.

SOUZA, L. M. **As interfaces entre o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais e a Marca Coletiva Sabor Serrano em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SOUZA, M. C. F. G.; FARIAS, F. Basket of territorial goods and services: possibilities through community-based tourism in a brazilian city, mesquita (RJ). **Revista Produção E Desenvolvimento**, v.9, n.1, e671, 2023.

TECCHIO, A. CAPELLESSO, A. J. CLÓVIS DORIGON, C. CAZELLA, A.A. Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Política e Planejamento Regional – RPPR**, v. 8, n.1, p 1-20, 2021.

TREGGAR, A.; ARFINI, F.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. Regional foods and rural development: The role of product qualification. **Journal of Rural Studies**, v. 23, p. 12-22, 2007.

VENDRUSCOLO, R.; CARETTA, C.; FROEHLICH, J. M. O queijo colonial da quarta colônia, Brasil: entre artesanidade, informalidade e tipicidade difusa. In: SUZUKI, J. C.; LAURENT, F.; ARAÚJO, V. B. (Org.). **Transições produtivas, agroecológicas e culturais no campo brasileiro**. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. p. 142 – 168.

VOLLET, D.; SAID, S. Vers l'identification de paniers de biens et de services liée à la demande locale dans les territoires d'élevage: illustration à partir de la Planèze de Saint Flour et du bocage bourbonnais. **Géocarrefour**, v. 92, n. 92/3, 2018.

WILLIAMSON, O. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v 36, p. 269-296. Jun. 1991.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVIII, p. 595–613, 2000.

WILLIAMSON, O. **The Economic Institutions of Capitalism**. New York: Free Press, 1985.